

RESUMO

Este estudo traz um olhar com base nas mentalidades sobre a infância em um período medieval logo no final do século XIII quando o que se percebe é uma falta de sentimento para com a infância percebendo que a criança está inserida no contexto da vida adulta, o que é contrário no período moderno no início do século XVII, este cenário se revela na França, buscando um elemento que fundamenta este estudo, fora encontrado a família que é o principal responsável por esta falta de sentimento e logo depois a presença deste. Esta relação se dá a princípio pela forma que se desenvolve os laços familiares, no período medieval, esta se dá a partir das relações com a terra, e no período moderno com a mudança da mentalidade e a forma da família se relacionar mantendo laços mais estreito surge uma certa afetividade que trará um sentimento de compaixão pelo ser infantil. Este estudo fora possível, pois os elementos textuais que deram base para esta pesquisa se encontram nos livros de teóricos como, Philippe Ariès (História Social da Criança e da Família), Jurandir F. Costa (Ordem, Médica e Familiar) entre outros teóricos, dos quais ajudaram identificar que, a infância partindo desta ótica é um processo de construção social, que parte de uma família que também foi mudada, juntamente com toda sociedade que vai do fim da idade média ao início da idade moderna, nesta mudança além da família à sociedade e inúmeros elementos que a compõe são mudados por conta de uma adequação deste termo, tais como; educação, comportamento afetivo, escola, arte, trabalho, elementos da família como pai, mãe, e a própria igreja em sua aplicação da educação religiosa tornando assim possível a mudança que daria origem a infância moderna.

Palavras-Chave: Infância, Família, Educação, Religião, Idade Média, Idade Moderna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA SOB O ENFOQUE HISTÓRICO	11
1.1 História das idades	11
1.2 A descoberta da infância	13
1.3 A criança histórica	15
2 AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA	21
2.1 Os jogos e as brincadeiras	23
2.2 As escolas centros de moralização	24
2.3 A educação medieval e moderna na formação da criança	25
2.3.1 A escola moderna	27
2.3.2 Processo disciplinar moderno	29

3 da Família MEDIEVAL à MODERNA	31
3.1 A concepção e família	32
3.2 Afetividade familiar	34
CONCLUSÃO	37
referências Bibliograficas	40

INTRODUÇÃO

Estudos medievais e modernos sobre a infância buscam descortinar questões do ser infante quanto sujeito social que pode ser um tema abordado a partir de uma história das mentalidades. A linha de pesquisa que se segue é um agente da consolidação de um movimento corrente da história chamada “Nova História”, que é também visto como a “Revolução Francesa da Historiografia”, devida o fato de propor novos objetos, métodos e linguagens na escrita histórica.

A historiografia ganha obras que trabalham com uma multiplicidade de documentos e usam as linguagens narrativas, compostas essencialmente por historiadores franceses, seus princípios estão enraizados no trabalho de ícones da pesquisa histórica como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, responsáveis pela desconstrução da história positiva do século XIX.

A história ganha uma nova pluralidade de tendências, entre as quais está aquela que se denomina história das mentalidades, voltada para as sensibilidades e para elucidar diferentes visões de mundo e conceituações em diferentes períodos históricos. Partimos necessariamente do que sabemos do comportamento do homem de hoje, como modelo ao qual comparamos com os dados do passado com a condição de considerá-la como um modelo novo, construído com o auxílio de dados do passado, como uma segunda origem e descer novamente até o presente modificando a imagem ingênua que tínhamos no início.

A partir de pressupostos que nos levaram a compreendermos melhor os estudos medievais e modernos sobre a infância seguirá dois vieses na pesquisa. O primeiro é a constatação de que há ausência do sentido de infância, tal como um estágio que especificou o desenvolvimento humano, até o fim do que podemos identificar como um período conhecido pelos pesquisadores de idade média em países como a França e Inglaterra do século XIII, que abre portas para uma interpretação das chamadas sociedades tradicionais ocidentais. E ainda em um Brasil que traz uma construção de família que trará efeitos negativos para concepção de infância em um período que se dá em sua colonização e influenciará até sua concepção de nação no Brasil império.

O segundo aplica-se o mesmo processo de análise da infância como um período destinado à vida adulta onde os anseios de uma sociedade moderna em países já mencionados que vão de um período do final do século XVII ao início do século XVIII, constroem um mundo social da infância. Em países como o Brasil que em fase de construção de uma identidade nacional busca atender interesses de uma elite médica e estatal.

O presente trabalho pretende desenvolver um estudo das ações cotidianas do comportamento adulto em relação a criança na idade média. Tentar-se-á trazer a constatação de que a ausência do sentido de “infância”, tal como um estágio específico do desenvolvimento do ser humano o que parece não ter sido possível no próprio período.

Dessa forma, será analisado um conceito acentuado de infância que pode ajudar na revelação de uma melhor interpretação das chamadas sociedades tradicionais ocidentais o que só será percebido no fim da época citada. Na idade moderna as definições de infância se revelam como um período distinto da vida adulta também abre as portas para uma análise de novo lugar assumido pela criança e pela família, nas sociedades modernas.

No estudo proposto, não se busca afirmar que a idade média será vista como um período de trevas e sim como possibilidade de desenvolver a noção do conceito de infância como fase sem distinção da vida adulta. No fim deste período já na idade moderna o conceito ganhará um formato mais conceituado e distinto da fase adulta. Sendo este um dos principais enfoques a serem abordados neste estudo.

Ao se pesquisar o significado do conceito de infância vislumbra-se identificar se o mesmo atender as mudanças que ocorrem na sociedade e na família, podendo assim entender melhor como tal o conceito foi ignorado ao atender o interesse de uma época quando já não se fazia necessário viu-se uma necessidade de mudança do comportamento social onde este refletiu direto na forma como lidar com a criança. Ariès, (1981).

Assim este estudo pretende compreender e avaliar o conceito de infância na França da idade moderna no início do século XVII, que foi visto como um período de debilidade e fragilidade da vida infantil.

1 A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA SOB O ENFOQUE HISTÓRICO

1.1 História das idades

Para os dias atuais alguns assuntos parecem até coisa de criança. Falando de sentimento infantil sem importância, temas como idade, nomes dados a infância, já foram temas de suma importância para a ciência antiga e hoje parece que a maioria sabe o que se refere à

idade. É como andar de bicicleta quando estamos por aprender parece coisa de outro mundo, impossível ficar sob duas rodas, mas depois que aprendemos descobrimos que o segredo está em pedalar, então percebemos que houve uma vitória sobre a gravidade que tende a nos derrubar mas, depois torna-se tão comum que damos pouca importância para as manobras que fazemos, é como se zombássemos dela. Assim também é tratar do tema idade dos homens. Tudo que se descobre é importante, mas há sempre o que ser encontrado. Quando se passou a tratar desta questão idades sabia-se que seria uma maneira de se medir o tempo de vida e maturidade do homem. Como passou a fazer parte do cotidiano da vida simples o que levou a este cair no comum, fazer parte das mentalidades familiares.

Na idade Média quando os seus teóricos começam a lidar com o termo idade por não terem uma compreensão adequada do termo a infância é relacionada a uma gama de significados que eleva esta a uma noção que se adequar a juventude podendo chegar até aos 50 anos, estas idades estavam divididas em primeira idade que é a infância que planta os dentes, dura até os sete anos de idade, não falante, segunda idade esta idade dura até os 14 anos de idade, terceira idade é chamada de adolescência e pode durar até os 28 anos ou se estender até os 30 a 35 anos de idade. Segundo esta análise o crescimento duraria até 28 ou 35 anos de idade. O homem maduro iniciaria sua fase aos 45 anos ou 50 anos de idade. A condição de compreensão se torna mais difícil para os teóricos franceses por não haver adequação verbal adequada a este termo, onde será utilizada uma linguagem advinda de outras culturas para uma melhor compreensão. Em outro momento fora utilizado uma análise de comportamento observando a infância que definiu as idades em:

- Primeiro, a idade dos brinquedos: crianças brincam com cavalos de pau, bonecas, e pequenos moinhos ou de pássaros amarrados.
- Idade da escola os meninos aprendem a ler ou a segurar um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar.
- Idade do amor, ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas na cor, passeios de rapazes e moças.
- Idade da guerra e da cavalaria: um homem armado
- Idade sedentária, dos homens da lei, da ciência: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga.

Para se entender as idades a língua foi um instrumento fundamental para sua compreensão, pois o Francês não era uma língua rica em expressões que ajudasse a

traduzir esta nova concepção de infância. Os autores criadores de terminologias para infância eram latinos e estes desenvolveram sete temas para infância das quais no francês só havia três; enfance, jeunesse e vieillesse. Por não haver um sentido adequado ao termo infância esta não se estende por um longo período que chegara até o século XVII.

“Segundo um calendário das idades do século XVI, aos 24 anos é criança forte e virtuosa, assim acontece com as crianças quando elas têm 18 anos. A longa duração da infância tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a idéia de limitar a infância pela puberdade. A idéia de infância estava ligada à idéia de dependência: palavras fils, valets e garçons eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência”. (Áries 1981, p35-38).

A partir de uma percepção da infância pela denotação das idades da língua francesa, passa-se a ter uma nova forma de tratamento da infância, pois esta ainda estava atribuída, ou seja, entendida como parte da fase adolescente por falta de argumentos apropriados. Com a definição do termo facilitou a separação da criança que também estava inserida na adolescência. Com a percepção de uma infância a partir do século XVII na França os teóricos e estudiosos passam a separar esta criança em primeiro da vida adulta, e depois da vida adolescente, até que esta passasse a ter seu próprio lugar. Portanto, a infância na França contemporânea é tanto em terminologia como compreensão um período construído por uma noção levada pelo imaginário artístico e religioso no período que se compreende do século XIII e estende até o século XVII. O período que não houve um sentimento de infância foi um tempo de homens jovens.

1.2 A descoberta da infância

O entendimento de uma infância se dá por um sentimento de fragilidade quanto ao ser menor de idade de estatura, não se limitando mais somente a idade do ser mais em sua forma frágil de ser, e sim uma criança que fora construído a partir de critérios para se perceber está, que ainda se encontra no imaginário artístico e religioso. Temos três formas para se perceber este ser infante durante a idade média, que serão os primeiros passos até chegarmos a um momento propriamente dito de infância, já na idade contemporânea.

A arte medieval trata de temas infantis, uso de imagens de crianças reproduzindo homens miniatura. “O tema é a cena do evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a mim as criancinhas,(...) as miniaturas que se agruparam em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância, foram reproduzidos em uma escala menor. Apenas seu tamanho distingue dos adultos”. (Ariès 1981, p.50) Era utilizado o traço

da inocência das crianças, mas o corpo e o rosto eram do adulto, a inocência representada na nudez e a criança no tamanho.

Anterior a descoberta de infância era apenas representação religiosa, como anjos, rapazes bonitos, crianças mal saídas da infância, que fora utilizado até o século XIV. Um segundo tipo de criança criada a partir do imaginário medieval: Modelo baseado no menino Jesus, ou nossa senhora menina. Infância ligada ao ministério da maternidade da virgem e ao culto de Maria. Jesus em um gesto amoroso com sua mãe, uma infância tenra no mundo das representações. Século XIII inspirou outras famílias. Mas o menino Jesus permaneceu até o século XIV. Um terceiro tipo de criança é a gótica nua, o menino Jesus nunca aparecia nu sempre em camisolas ou em cuaneiros. Na arte medieval francesa a alma representa por uma criancinha nua e assexuada. Estas representações artísticas e religiosas em nada poderiam revelar um sentimento para com a infância, pois este era a representação do imaginário artístico e sacro do período medieval que chegaria a se tornar real quando a criança deixasse de ser algo trabalhado somente no religioso, e fosse utilizado em obras particulares, ou seja, pintura de família a quadros da criança morta.

Estas aplicações do místico e sobrenatural da alma e dos anjos eram utilizadas a forma infantil, pois era o que se havia de mais próximo de puro naquela época, mas a criança também nunca seria a criança medieval mais a que se imaginava nas histórias bíblicas do Novo Testamento. Durante este período esta fora realizações do religioso e artístico que ganhará vida no imaginário popular e familiar de uma noção utópica para o real.

A infância estivera limitada aos santos, Jesus, Maria, depois aos discípulos João, Thiago, Pedro, o levou a formação de uma iconografia inteiramente nova formando assim e multiplicando cenas de crianças e procurando reunir ns mesmos conjuntos o grupo dessas crianças santas com ou sem suas mães. De acordo com Ariès (1981, p.55) “Salientamos aqui apenas o fato de que a criança se tornou uma das personagens mais freqüentes dessas pinturas anedóticas (...)”. Foram surgindo temas diversos sobre a infância que contribuirá para a descoberta desta na sociedade na arte do século XV e XVI. A criança instrumento da arte é um ser socialmente presente e aparece nas festas em brincadeiras, com a mãe no meio do povo.

A criança sempre existiu não estava ausente na idade média “ao menos a partir do século XIII, mas nunca um modelo de um retrato de uma criança real”. Ariès (1981, p.56)

As idéias sobre as crianças eram artísticas e o mundo real não estava preocupado no final do século XIII de cuidar da criança que fora modelo na arte, entretanto de acordo com Ariès (1981 p.58). “O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou um

momento importante na história dos sentimentos”.Passaram a perceber esta criança real e a utilizarem um sentimento real quanto ao seu estado na sociedade adulta já presente.

A iconografia da criança morta terá uma grande contribuição para o despertar do sentimento da criança de piedade onde se tornara algo real fora do imaginário percebendo um ser frágil e não só na esfera artística mais real. De acordo com. Ariès (1981 p.58) “A criança (...) representa do só(...) novidade do século XVII um dos modelos favoritos”.

Esta arte será importante na construção do pequeno ser quanto uma percepção e da criação de um início de mundo próprio, “uma descoberta da alma infantil (...) importância dada á personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes”.(Ariès 1981, p.61).

Este despertar ainda seria os primeiros passos de uma sociedade que estaria caminhado para se tornar tutora de uma criança que agora era percebida como frágil, pois seus valores estariam relacionados com sua evolução intelectual o que alguns procuram usar para suas afirmações de que a idade media seria um período de trevas ao que podemos perceber neste estudo que seria uma expressão equivocada ou utilizada propositalmente para atingir interesses particulares. Percebe-se que a própria arte que elevou uma infância mística, trás no decorrer dos séculos uma infância real, despertando as sociedades para o ser infante.

1.3 A criança histórica

Crianças sempre existiram independentemente das concepções que se tinham delas. O estudo histórico de Ariès (1981) destacou que, durante parte da Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia. Sabemos também que a idéia contemporânea de infância, como categoria social, emerge com a Modernidade e tem como principal berço à escola e a família. Sarmento (2001-2003 p.4) reitera que, junto com a emergência da escola de massas, a nuclearização da família e a constituição de um corpo de saberes sobre a criança.A modernidade elaborou um conjunto de procedimentos configuradores de uma administração simbólica da infância. O autor (2003,) refere-se às normas e prescrições que constroem as vidas das crianças na sociedade, tais como: a delimitação de lugares, tipos de alimentação, horas de sono e recusa da criança na participação coletiva. Mais do que isso, a administração simbólica da infância configurou um ofício de criança Chamboredon & Prévot,1986 (cit.por Sarmento, 2000-2001), "intimamente ligado à atividade escolar, mas claramente enunciado nos seus traços comportamentais, como sendo inerentes ao desempenho ativo pelas crianças de papéis sociais imputados" (Sarmento 2003, p.4).

Concepções sobre a infância variam historicamente e as crianças estão em contínua mudança. Contudo, os processos de socialização da criança sempre motivaram preocupação central nos círculos acadêmicos, pedagógicos e familiares constituídos na Modernidade. James e Prout (1997) argumentam, “construção científica da irracionalidade, natureza e universalidade da infância no discurso psicológico esteve amplamente articulada com o pensamento sociológico tradicional sobre as teorias da socialização”. Para o pensamento tradicional, a socialização teria o sentido de transformação social da criança em adulto, tendo como único critério o crescimento físico. Jenks (cit.por James & Prout, 1997) critica essa concepção, explicando-a: "Socialização é o processo no qual magicamente transforma um em outro, a chave na qual movimenta a criança a-social no adulto social".

Negando as visões de socialização do determinismo e do funcionalismo e, ainda, problematizando a teoria da reprodução (Bourdieu & Passeron, 1982) e as teorias psicológicas interpretativas e construtivistas, Corsaro (1997, p.18) apresenta o “conceito de reprodução interpretativa”. Este conceito incorpora a idéia de que as crianças contribuem ativamente para a preservação, assim como para a mudança social. Fundamental para essa visão é a apreciação da importância do coletivo: como as crianças negociam, compartilham e criam cultura com os adultos e com seus pares. O autor ainda explica que o termo reprodução captura a idéia de que as crianças não estão simplesmente internalizando a sociedade e a cultura, pelo contrário, estão ativamente contribuindo para a produção e a mudança cultural. Por outro lado, reprodução também implica que crianças são também, a partir da participação na sociedade, constrangidas pela estrutura social. O termo interpretativo captura os aspectos inovadores e criativos da participação da criança na sociedade. Neste sentido, entende as crianças como responsáveis por suas infâncias e, logo, têm uma participação social bilateral: afetam e são afetadas pela sociedade. Esta postura vem ao encontro de duas crenças da Sociologia da Infância, apontada pelo autor que: “As crianças são agentes ativos que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto”; (Corsaro 1997, p.5)

A infância é parte da sociedade. Antes para o entendimento da infância, o que Pinto e Sarmento (1997, p.25) salientam:

“Que olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode ser não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso”.

Por outro lado, esta afirmação é contraditória se analisarmos historicamente o estudo da infância na Sociologia. Sociólogos têm dedicado pouca atenção para a infância como um tópico de interesse, segundo James e Prout (1997), que advertem ainda que muitos dos conceitos-chave utilizados são problemáticos. Os autores ainda enfatizam que as mudanças no clima intelectual durante os anos de 1970 apontaram novas direções no estudo da infância dentro de muitas disciplinas, mas principalmente na História. (Corsaro, 1997) observou que as crianças não foram ignoradas e sim marginalizadas na Sociologia. Esse autor também acredita que as crianças são marginalizadas em função das suas posições submissas na sociedade e nas concepções teóricas da infância e da socialização. Os estudos sobre a infância dentro da Sociologia, independente das instituições escolares, familiares, jurídicas, tomam corpo principalmente a partir da década de 1990, quando se oficializa a constituição de uma Sociologia da Infância (Sirota, 2001; Montandon, 2001).

James e Prout (1997) conceituam a natureza da instituição da infância como um conjunto ativamente negociado de relações sociais, quando os primeiros anos da vida humana são constituídos.

O presente estudo busca trazer uma consciência crítica sobre a noção de infância que é moderna e começa a adquirir pertinência a partir dos fins do século XVII e especialmente no início do século XVIII, na França e Inglaterra (Pinto & Sarmiento, 1.997, p.34). Tendo em vista que anterior a isto que as crianças não eram reconhecidas como sujeitos com especificidade própria, sendo estas tratadas e representadas como adultos em miniaturas, uma vez que trabalhavam, comiam, divertiam-se e dormiam em meio aos adultos, nesse sentido é possível estabelecer uma curiosa analogia com as diversas crianças de contatos periféricos de nossos dias.

Com o advento a industrialização inglesa e francesa a procura de mão-de-obra leva mais uma vez, estes que chamamos de crianças, assumirem uma postura de adultas miniaturas, onde a sociedade moderna contemporânea mais uma vez, esquece-se o que é infância levando estes ao antigo estagio medieval. Portanto, este estudo busca revelar que a infância também pode ser um objeto a manipulação dos interesses sociais quando se faz necessário.

No entendimento de Pinto (1.997, p55). “Um outro anulo para se visualizar o processo histórico e construção da noção moderna de infância em sua totalidade passa pela compreensão e um simétrico processo histórico de construção da noção de adultez” A constituição do conceito infância está na transição dos séculos XVII para XVIII, quando esta passa a ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis por sua fragilidade.O início do processo de

mudança por sua vez, nos fins do período identificado como idade média, tem-se como marca o ato e mimar e paparicar as crianças, vistas como meio de entretenimento dos adultos, hábitos criticados por Montaigne (1.533-1.592) e também entre outros escritores da época.

A infância em uma sociedade moderna contemporânea do final do século XX em países como o Brasil, Argentina, pode-se trazer conceito já definido por uma ciência biológica e psicológica, que é um período de crescimento e desenvolvimento, o ser humano, que vai do nascimento até a puberdade e, portanto uma época que a criança vive sua fase de meninice e puerícia.

No Brasil a noção de criança, quanto sua infância fragilidade e ingenuidade são percebidas pelos higienistas que foram no final do século XIX uma ordem médica que trouxe um novo conceito de infância. A partir da preservação da saúde destas, crianças buscaram identificar a origem deste problema ao verificarem um sistema familiar herdado da colônia, montado para satisfazer as exigências da propriedade e as necessidades dos adultos. Às crianças tratadas como apêndice deste sistema, restavam-lhes as sobras do banquete. Foi contra esta situação que empenharam seu trabalho de higienização da família e depararam com o pai de que era o pivô e fulcro de toda esta forma organizacional.

Por conta da construção do sistema familiar no Brasil colônia a criança mais uma vez perde seu espaço de ser com especificidades e peculiaridades no meio social em que convive. Neste sistema o filho, ainda infante vai ocupar na família um lugar puramente instrumental perdendo, portanto, a sensibilidade quanto a sua existência. Sua posição instrumental está no sentido secundário como os demais membros da parentela, ele era visto e valorizado enquanto elemento posto a serviço do poder paterno.

A infância simplesmente é inconcebível segundo o modelo católico colonial, pois a criança é apenas o resultado inevitável da concupiscência humana (Criança para o sistema religioso oficial no Brasil colônia).

Entre o adulto e a criança as ligações existentes eram da propriedade e da religião, não dando lugar a afetividade paternal ou familiar. No entendimento de Costa (1989, p.155)

“A criança, até o século XIX, permaneceu prisioneira do papel social do filho. Sua situação sentimental relativa a posição que este último desfrutava na casa. A imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora do desvelo absoluto dos pais é uma imagem recente”.

Por conta da ordem familiar advinda dos moldes coloniais os elos que uniam a cadeia das gerações só foram criadas quando a família dispôs da representação da criança como matriz físico-emocional do adulto. Por meio das noções de evolução, diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade conciliaram-se. “A família pode então ver na criança e no adulto o mesmo e o outro”.(Costa,1989 p.162)

Para levar adiante este trabalho de socialização da infância a partir de uma família higiênica a ordem médica deu-se conta que não poderia ir contra a norma familiar que é o direito dos pais, o que não atenuaria as mortes dos filhos. Seria preciso criar uma nova organização doméstica onde a dessimetria de poder entre os cônjuges fosse estirpada.

Ainda em uma sociedade adulta contemporânea ocorre uma invisibilidade da infância que traz conceitos que são na verdade reflexos de uma natureza social. Onde afirmam que a criança é incapaz de agir por si própria em um mundo cercado por perigos os mais diversos, à criança é vetada uma participação social efetiva sob a argumentação e que esta necessita de proteção, o que traz a evidência de pensamento paternalista em face da velha teoria que concebe as crianças como “homúnculos”, ou seres humanos em miniatura desprovidos de especificidade própria e originalidade. Tal teoria retira das crianças o “estatuto de autores sociais” para destinar-lhes a exclusiva função de destinatários as medidas protetoras os adultos, “os quais são tidos como inerentemente sábios racionais e maduros” (Pinto & Samento,1.997, p20).

Segundo Benjamin (1.984, p64) “Demorei muito tempo até que se desse por conta de que as crianças não são homens ou mulheres de dimensão reduzida”.

A análise feita dos vários estágios da infância sua noção a partir de uma necessidade acentuada nos interesses dos adultos pode-se estacar para problematizarmos a infância em uma sociedade que apresenta um individualismo acentuado. Muitas vezes nos deparamos com crianças que são vistas como projeções de expectativas dos pais que são extremamente protetores deixado-as mimadas, reinventando hábitos do fim da idade média. Os perigos e conquista pela situação puderam sem dúvida, serem melhores compreendidos a partir as reflexões presentes em uma história social da criança e da família.

A família é a primeira instituição que a criança atravessa, nela ocorre a possibilidade de estruturar-se como sujeito e desenvolver suas chances de sobrevivência e adaptação ao mundo. Mas é na família que a criança perde suas possibilidades de ser infante quando esta recebe as projeções dos adultos que se encontram nos seus anseios e frustrações.

Os construtores da infância moderna buscam um modelo passa melhor possa se adequá-la para como forma legítima de sua aplicação. O seio da família parece o viés mais

apropriado para que este pequeno ser precisa se tornar apto para o mundo surge a ciências então infância escolástico modelo regulador deste ser dos saberes. Embora a infância seja plural – infâncias- constantemente sofrem generalização, isto se deve a administração simbólica da infância, que assumiu novos instrumentos reguladores também com a convenção os direitos a criança e com as normas e agências internacional configuradora de uma infância global (Sarmiento 2003).

A partir de uma universalização os métodos reguladores da infância podem-se identificar o surgimento de uma cultura infante que supere a cultura local e cada criança (...), há uma só infância no espaço mundial, com todas às crianças partilhando dos mesmos gostos.(Sarmiento, 2003, p6). Portanto tratando-se entender as culturas produzias para as crianças a partir de duas dimensões: A cultura infantil produzida pelas grandes corporações internacionais e a cultura infantil escolar.

A infância em uma sociedade moderna contemporânea chegará um modelo produzido a partir dos interesses não somente dos adultos, mas também daquilo que representa seus interesses.

2 AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA

A criação de uma criança inocente e pura não era parte do mundo real medieval, fora fruto de um imaginário religioso místico e até por dizer fantasioso no século XIII na França. Portanto, roupas angelicais como cuaneiros, camisolas ou até a nudez eram formas expressas nas obras sacras criadas a partir de um mundo imaginário, desenvolvido para enriquecer histórias religiosas, contadas em igrejas cujo seu fim seria o despertar do cristão para uma vida devotada a Deus, onde seres celestiais tinham uma forma de vida superior a do homem real em que demonstrava sua superioridade espiritual e as almas que representadas por pequeninos (crianças puras) alcançariam este mundo do outro lado.

Em sua realidade diária a criança se quer existia como infante, pois está inserida socialmente ao mundo adulto, limitado a uma realidade construída para este. As crianças eram adultos em miniatura isto é o que se pode perceber a partir de registros em quadro da época ou até em diários como o de Luis XIII, onde a criança começou a usar trajes como os de adultos onde a roupa tornava visíveis as etapas do crescimento que transformava a criança em homem. (Ariès 1981). Suas formas de se vestir tornavam os meninos pequenos homens e as meninas pequenas mulheres através do seu trajar, esta forma em particular de se vestir levaria a criança entender-se em um mundo de adultos revelando assim a falta de sentimento quanto a este ser infantil, pois a mesma ira seguir

neste período os mesmo rumos que o adulto em sua trajetória diária, este mundo que servia ao adulto também servia nesta época para a criança.

As condições demográficas, a formação de povos urbanos, mudanças sócias econômicas, intelectualidade em um período que parte do século XIII onde se inicia a análise sobre o sentimento de infância pode-se perceber por meio da pesquisa realizada que o início do século XIII em um período que parte de aproximadamente de trinta á cinqüenta anos que a sociedade demonstra um comportamento particular que pode-se identificar como o princípio que levava dentro da pesquisa a percepção da falta de sentimento infantil ou seja um mundo diferenciado para o ser infantil em que este se relacionava com adulto em suas festa sazonais em pé de igualdade. Durante três séculos e meio este termo ganhava forma o que ainda não há elementos suficiente para se definir um marco histórico para este processo que levava ao sentimento de infância, mas poderá demonstrar fortes indícios de sentimentos infante no período que fora identifica como século XVII, logo nas primeiras décadas.

É o que demonstra sentimento de infância quando surge no século XVII. No entendimento Áries (1981, p70):

“No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vertida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade que a distinguia dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de crianças do início do século XVII”.

As formas de vestir das crianças eram um fator predominante, pois eram as roupas que mostravam que tipos de pessoa eram naquele período e as crianças não mais se vestiam como adultos ainda que no caso das meninas fora um pouco mais demorado esta mudança.

Eram um momento decisivo quanto a concepção do ser infante em uma sociedade que outrora desconhecia este sentimento, a diferenciação do traje da criança quanto o traje do adulto revelam um preocupação que não havia na idade média do século XIII onde a criança fora separada do adulto através do uniforme escolar. Durante séculos foram moldadas formas no imaginário das pessoas que partem de situações afetivas entre mãe e filho vão até a criança solitária esta formas eram encontradas em obras religiosas e de artistas sacros, que chegaram as famílias que foram levadas a um sentimento quanto a fragilidade do menor, que é literalmente referido a seu tamanho, pois não existia a noção do ser de menor idade por ser um concepção jurídica.

Este processo de formação do ser infantil não é um processo compreendido de maneira natural, não podemos afirmar que cedo ou tarde a criança seria percebida, mas um

processo construído que parte de uma sociedade que vive processos de construção em toda sua estrutura social onde a infância seria mais um destes.

A infância moderna não se deteria apenas na diferenciação dos trajes, pois a forma de se vestir em outras sociedades contemporâneas como no Brasil identificado já no final do século XIX, as crianças ainda se vestiam como adulto talvez por ser uma sociedade vinda de uma colonização, não podendo ser uma única caracterização de um processo de mudança, mais parte dele. Um entendimento mais profundo da infância e suas necessidades se desenvolveriam devido esta diferenciação que resultaria na construção de brincadeiras, jogos, escolas e família.

2.1 Os jogos e as brincadeiras

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisas de crianças, besteiras do ponto de vista dos adultos que são pessoas serias dos quais não dispões de tempo para tais praticas. Mas nem sempre a brincadeira e jogos infantis conhecidos como cabra-cega, jogo de argolas, bem-me-quer, cavalo de pau, jogo de bola “péla”, esconde-esconde, homem que não ri, nem sempre foram brincadeiras de crianças. Em um período compreendido como idade médio século XIII, estes jogos e brincadeira eram brincadeiras também de adultos.

Estes jogos e brincadeiras eram práticas comuns aos adultos onde todos os moradores das vilas e do campo se reuniam em festivais anuais e através destas práticas se divertiam.

Os brinquedos de uso particulares no caso das meninas medievais têm levado historiadores dos brinquedos e os colecionadores de bonecas e de brinquedos miniaturas, uma enorme dificuldade em separem o que fora boneca brinquedo de criança de todas as outras imagens e estatuetas que as escavações nos tem trazido de volta de pois de muitos séculos, pois as bonecas de acordo com Áries, (1981), sempre tiveram uma significação religiosa.

Como já fora citado anteriormente Áries, (1981) compreende que o divertimento estendia-se muito além dos momentos furtivos que lhes dedicamos, formavam um dos principais meios que dispunha a sociedade para estreitar seus laços coletivos, para se sentirem unidos.

A mistura das brincadeiras entre crianças e adultos seria uma forma na qual pode-se aplicar para perceberem que eram iguais. Um sentimento não existente quanto a criança, como ser diferente e frágil, tanto biologicamente como nas idades.

As brincadeiras populares eram vistas de muitas formas naturais muitas crianças por conta de um mescla social se envolviam em jogos de azar o que não era visto de maneira reprovada pelos povos daquele período em especial. Pois se as crianças e adultos viviam de forma igual o mundo adulto era o mundo que a criança estava inserida como igual, como poderia ser possível uma reprovação.

O lúdico unia a sociedade medieval francesa do século XIII, se é que convém apropriar-se do termo “sociedade”.

O trabalho não era algo que ocupava um tempo integral do vilão ou do camponês, não havia salário, o trabalho não era a maior fonte de riqueza e sim a terra, segundo pregava a Igreja Católica, portanto nos períodos fora da plantação ou colheita os camponeses em especial ficavam parte do tempo ociosos, então as festas sazonais têm uma grande importância na concepção desta sociedade campestre.

2.2 As escolas centros de moralização

Havia as escolas que eram reconhecidas como centro de moralização, mas suas ordenanças não eram reconhecidas como leis aplicadas aos camponeses e vilões, mas sim dentro dos espaços disciplinares os colégios.

De acordo com Áries (1981, p107) “no início do século XIII o regulamento do colégio dos Oratorianos de Troyes precisa: Não se poderá jogar a dinheiro, a menos que seja muito pouco(...)”.

Nem mesmo os centros de moralização (escola) da sociedade eram capazes de mudar tais práticas, por se tratar de uma sociedade onde a criança engrossava o caldo das massas.

Ainda mesmo com tanta força de resistência a Igreja Católica contribuiu de forma significativa nas sociedades medievais onde estes tipos de jogos e brincadeiras consideradas amorais continuavam a existir. Estes classificados como amorais na sociedade moderna da França no século XVII seriam sinônimo de práticas de pessoas rústicas e crianças no comportamento. A igreja entidade moralista aplicou regras em tais jogos que mais tarde foram utilizados para disciplinar a saúde física e mental do jovem e da criança.

Na sociedade moderna em busca de uma forma higiênica de regular a saúde física e mental, passa-se a fazer o uso destas brincadeiras em espaços disciplinares (escolas) a partindo dos Jesuítas e séculos depois para uma disciplina militar.

No século XVII algumas brincadeiras se tornaram inapropriadas para o adulto que devido uma mudança como já fora mencionado anteriormente, demográfica, e de forma de pensar devido o surgimento de uma intelectualidade estas práticas lúdicas melhor se atribuiriam a crianças, pessoas sem juízo, néscias.

No entendimento de Áries (1981) esta mudança se deu devido séculos de aperfeiçoamento da sociedade que a cada situação vivida buscava se adequar a elas de forma prática e influenciada por obras religiosas que estavam sendo inseridas continuamente, como era a criança celestial e os seus relacionamentos afetivos, até que estes chegaram a uma percepção da infância de uma maneira sentimental, voltado para o lado frágil desta, diferenciando sua forma de vestir-se a brincadeiras, deixando esta forma como características de uma sociedade que busca se diferenciar, avançando para o conhecimento de si mesma e tudo em sua volta. “Por fim o que ocorre é uma distinção entre os jogos dos adultos e dos fidalgos e os jogos das crianças e dos vilões no século XVII”. (Áries, 1981 p.116).

2.3 A educação medieval e moderna na formação da criança

A visão de educação nos períodos analisados neste estudo permite uma elucidação a concepção de infância. Assim é que descreve Ariès (1981 p.165)

“... Como a escola e o colégio que, na idade média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual de adestrá-las da sociedade dos adultos”.

No período em que se dá a análise do sentimento de infância conhecido como idade média e idade moderna que se datarmos compreende-se do final do século XIII com o desenvolver no decorrer dos séculos encontramos indícios característicos no século XVII. Temos portanto, dois sentimentos um que não se encontra uma infância a partir de particularidades referentes a esta no qual não se encontra distinção da criança e o adulto mas sim uma mescla que há entre o ser infante com o adulto, em sua vida diária e o outro sentimento é que se percebe a construção de um mundo, onde a criança não está propriamente inserida no mundo do adulto como adulto, mas com uma diferenciação que parte da forma como os adultos dentro da própria família será responsável em sua formação.

Estes sentimentos levaram a formação da criança medieval escolar junto com o adulto onde não havia distinção de idade quanto o aprendizado. “O elemento psicológico essencial dessa estrutura demográfica era indiferença pela idade daqueles que a

compunham” (Ariès, 1981, p.166). A formação que a criança recebia era a mesma dos adultos nas escolas medievais. A metodologia escolar não consistia em uma formação para uma vida, onde havia uma formação social, mas uma formação técnica dotada de elementos que seriam indispensáveis para formação dos costumes habilitando os indivíduos para vida social. Desta forma o resultado era um homem bem formado, o que às vezes era comum a criança após os dez anos sair de casa e ir morar com seu mestre. “Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo do adulto” segundo já fora citado anteriormente. A escola medieval era um instrumento utilizado para formação do homem quanto as suas tradições. Estes enfoques caracterizam uma idade média sem infância, como se pode notar a partir de vários indícios o que não os torna insensíveis, mas uma sociedade que aprendera lidar com a infância de uma maneira particular. Segundo a época os indivíduos estavam inseridos em uma sociedade que proporcionavam, a família, a insalubridade como fatores culminante para aplicação social de um povo que estava mais preocupados em sobreviver apenas.

A infância a família seus valores eram abstratos, questões tratadas apenas em assuntos religiosos ou na arte daquele período em especial. Havia anjos crianças puras mães amorosas mais valores estes tratados apenas em uma esfera que logo chegaria a família, as escolas eclesiástica que eram só para formação religiosa.

De acordo com o entendimento de Ariès,(1981 p.169), os colégios eram asilos para estudantes pobres fundados por doadores”. Pois os filhos após atingir uma idade superior aos 10 anos este era um candidato a tornar-se homem adulto e precisava de uma formação para se saber o que realmente é um homem, pois este seria o trabalhos destas instituições.

Temos trabalhado com uma análise de como o homem era formado, mas as meninas também eram vistas como pequenas adultas, mas estas não saiam de casa tão jovem o Maximo que aprendiam era escrever o nome, pois estas ficavam para o serviço doméstico o que a própria mãe lhes ensinavam.

2.3.1 A escola moderna

A escola medieval na França do século XIII era uma entidade fundada para ensinamentos técnicos, ensinamentos da vida, no entanto a escola moderna do século XVII devido séculos de evolução experiência e diversas influências quanto a questão do ensino surgiu com uma questão que a diferenciava desta escola medieval, era o sentimento de infância que devido a forma como a família via a criança esta influência significativamente na formação da escola moderna quanto a educação da criança do século XVII e devido este sentimento surge o sentimento das idades onde ocorreria não só um sentimento em separar a criança

do adulto mas também do jovem que podemos compreender como adolescente, “as escolas se tornaram um lugar para educação da criança e do jovem em geral” Ariès, 1981.

Na escola moderna ainda de acordo com este auto,

“Os educadores inspiravam-se então no espírito das fundações monásticas do século XIII dos dominicanos e franciscanos que conservam os princípios das tradições monásticas, mas haviam abandonados a clausura, a reclusão, e tudo o que restava do ceimbiotismo original”. (Ariès1981 p.170)

As escolas modernas não tinham mais o costume de manter o aluno enclausurado pois a família moderna não permitia mais sua criança tanto tempo fora de casa a educação escolar não seguiu segundo os moldes do período medieval que a criança quando estava na escola se tornava um adulto. No entendimento de (Ariès,1981) “O colégio tornou se então uma instituição essencial a sociedade”.

Assim como se percebeu uma infância a partir do sentimento quanto a fragilidade do ser menor a fomentação da educação não seria diferente, pois para uma criança real no sentido se não ser na esfera do imaginário, surgia assim então a necessidade de construir elementos em educação para este ser infante para atender suas precisões, portanto passa-se a observar a criança quanto seu aprendizado, e percebe-se de acordo com Ariès (1981, p.173) “ que havia uma certa preocupação em colocar -se ao alcance do aluno e que isto opunha-se literalmente ao métodos medievais de simultaneidade ou de repetição com à pedagogia humanista que não distinguia a criança do homem e confundia a instituição escolar.

Outro fator predominante fora a criação de classes, para a distinção da criança para o jovem, esta contribuição no ensino iria caracterizar ainda mais o entendimento do comportamento adulto, que seria cobrado de acordo com este entendimento. Portanto, a origem das classes escolares no período moderno do século XVII França se deu como uma forma de separar ou de classificar o jovem do ser infante, levando a caminhos satisfatórios em épocas posteriores (Idade dos Alunos).

No período das descobertas dentro do regime escolar foi possível perceberas idades reais da infância; a idade escolar que se iniciava a 5 ou 6 anos foi retardada até aos 9-10 anos podendo assim separar a primeira infância da segunda. A segunda era dentro de uma idade escolar, mais as idéias ficavam ainda na esfera de idéias. Nas escolas as crianças estavam juntas com os garotos 10-14 anos de idade e os de 15-18 anos, 19-25 anos, estas eram as classes que separavam as idades, estavam juntos na idade, mas juventude e infância estavam finalmente separadas e também os velhos não estavam mais no meio desta juventude e infância, estas idéias durariam até o século XVIII.

Devido o sentimento infantil estes dias já estavam contados, no entendimento de Ariès, (1981 p.177).“O período da segunda infância-adolescência foi distinguido graças ao estabelecimento progressivo e tardio de uma relação entre idade e a classe escolar”.

Todo este comportamento reporta o sentimento de infância moderna que surge na família e se estende a educação escolar que por conta de um ato moral busca a legitimação desta onde o adulto terá seu valor diferenciado do valor infanto-juvenil.

A família que se conscientiza da existência frágil do filho busca várias maneiras onde sua interferência garantiria a sobrevivência e sua colocação em uma sociedade madura, a partir de valores que em muito são diferentes da sociedade medieval.

2.3.2 Processo disciplinar moderno

Para atingir um nível disciplinar esta chegaria a um processo no qual mudaria esta concepção.

Na sociedade medieval o mestre não se preocupava com a vida do aluno fora da sala de aula, seus conceitos morais como já foram citados anteriormente seriam aplicados na clausura onde teriam o controle real da situação vivida mas no período compreendido como modernidade (Século XVII), os mestres com as mudanças dos conceitos sobre a criança sua percepção também muda, mas de acordo com tais transformações passam a perceberem a infância como um período de fraqueza de caráter o que elevou o sua responsabilidade moral quanto mestre, de acordo com Ariès (1981 p.180) .“O sistema disciplinar que eles postulavam não podia enraizar na antiga escola medieval...”. Quanto a disciplina escolar moderna esta fora aplicada de forma severa o que levava uso de maneira nada convencionais para os dias atuais que era o uso de chicotes de acordo com critério aplicado pelo mestre que buscava a disciplina da criança Ariès (1981), afirma que “com a dilatação da idade escolar...”, todos portanto estariam sujeitos a esta disciplina não somente as crianças mas também o jovem (este de idade próxima ou mais de 20 anos). Com esta demonstração disciplinar infantil que chegava agora ao jovem percebe-se um prolongar da infância. Esta disciplina buscava destingi-la do adulto e melhorada.

“Na França, a opinião publica manifestou uma repugnância pelo regime disciplinar escolástico que resultou em sua supressão por volta de 1763, quando as autoridades tomaram a condenação dos jesuítas como pretexto para reorganizar o sistema escolar” (Ariès,1981 p. 181)

Esta forma disciplinar fora abolida, pois percebeu-se que seria mais eficaz aplicar-lhes métodos onde estes deveriam ser mais responsáveis, por métodos brutais, mais sim um reposta apropriada a sua conduta.

Toda esta conduta em relação à infância escolar chegaria a um nível em que o comportamento rude se aplicaria a moleques e vagabundos que se encontravam nas classes populares. A criança bem educada se manteria preservada desta não haveria mais aquela mistura que houvera na idade média, quando se notar esta será classificado quanto a repugnância daqueles que a detectam.

No entendimento de Ariès (1981 p.185) “A antiga turbulência medieval foi abandonada primeiro pelas crianças, e finalmente pelas classes populares: ela é a marca dos moleques dos desordeiros, últimos herdeiros dos antigos vagabundos (...)”.

Quando a infância passa a ser percebido no início do século XVII, a escola moderna contrapondo-se escola medieval, quanto a formação moral do aprendiz, foi um instrumento formação da infância de grande eficácia cujo as crianças em muito seriam diferentes das medievais no que corresponde ao seu tratamento, uma criança moldada que seria ensinada que seu lugar não nas mesmas práticas que os adultos.

3 DA FAMÍLIA MEDIEVAL A MODERNA

A família em uma interpretação geral representa um grupo primário que pode influenciar como já fora citado ou ser influenciada por pessoas ou instituições geralmente ligadas por descendência a partir de um ancestral comum matrimônia ou adoção.

Na pesquisa realizada para a identificação do termo família pelo qual nos forneceu um modelo compreendido na sociedade, estaremos buscando entender como esta família fora também concebida a partir de fatores externos que a levaram a uma mudança o que comprova também que a família pode ser um agente de mudança ou instrumento que muda de acordo com sua precisão. Desta forma, buscar-se-á atestar a influência que a família teve na concepção do sentimento de infância quanto a sua formação e forma anônima no período medieval e moderno.

No entendimento de Stanhope, (1999 p.492) a família é “sistema de membros interdependentes que possuem dois atributos: comunidade dentro da família e interação com outros membros” podendo-se levar a compreensão da família ser uma célula que organiza ou contribuiria para formação da vida em sociedade. Assim o autor percebe a família como um sistema capaz de manter seus membros moralmente, materialmente e reciprocamente unidos durante uma vida ou durante gerações.

O termo nem sempre fora compreendido como laços entre pessoas do mesmo sangue ou do mesmo grau de parentesco. Vindo do latim o termo vem de famulus que se entende por escravo doméstico, utilizado na antiga Roma, referia-se a um grupo novo que chegara e fora introduzido à agricultura e também a escravidão legalizada.

A antiga família nos moldes também da antiga Roma tinha um chefe que cuidava do grupo, no geral o qual este se fortaleceu. Estes inseridos no grupo se uniram em aliança de homem e mulher onde o homem apropriando-se do termo para garantir os laços tornou-se o pai, que seria o mantenedor do bom funcionamento da família (famulus).

No período medieval a prática do matrimônio já havia se tornado comum, partindo desta se formou a família, que ainda não era dentro de um padrão moderno, mas apresentando uns laços estreitos, onde esta desempenhava uma função de fortalecimento do indivíduo. Tal formação familiar quando expandiu suas características espalhou em toda a sociedade que na prática esta não deixaria espaço para criança ou a infância propriamente dita.

Este modelo de família sofreria influências externas que levariam o estreitamento dos laços externos de tal forma que esta chegaria a percepção da infância a partir de um sentimento gerado dentro da própria família, onde o pai um mero administrador dos bens que possui passa a demonstrar uma afetividade humana para com seu filho, e a mãe é representada amamentando e em cenas de afetividade materna.

3.1 A Concepção de Família

Quando nos referimos à família na atualidade logo imaginamos pai, mãe, filho, onde já um respeito mútuo trocas de afetividade, mas ao contrário da família medieval no período em que se concebeu seus traços não era predominante a afetividade devido à busca de proteção e a garantia do direito de propriedade. Uma família ideal para sua própria época, naquele momento em especial no final do século XIII, partindo desta relação surgiria uma sociedade conhecida hoje como medieval onde tudo quanto fosse gerado seria em prol da propriedade, de acordo com esta relação refletiria direto na formação das crianças que viveriam em um mundo, onde todos seriam adultos, inclusive o próprio infante.

Segundo as imagens iconográficas da época medieval como atesta Ariès, (1981 p.197) “Em todo o caso, é a evocação da juventude participando das festas de maio nessa cena o homem esta sempre sozinho: excepcionalmente um jovem criado...” o que comprova que a família é uma entidade que podia garantir os direitos, ou expressão de força. Até os casamentos foram arranjados para aumentar as alianças onde os beneficiados nem sempre eram os noivos, mas sim seu pai, com aumento de terras e força de milícia.

Segundo a representação artística os modelos foram mudando, onde a mulher, as crianças passaram a ganhar espaço nas obras criadas, onde cada vez mais se tornava possível perceber uma sociedade se partimos da família.

Esta é a representação do pensamento atual do valor daquilo que é mostrado é a expressão do mesmo sentimento que fora utilizado nas obras religiosas onde crianças

aparecem com rostos de adultos e da infância só é mostrado o despudor, a inocência, mas com corpos musculosos e o rosto do adulto. Quando a arte passa a representar símbolos familiares, esta apresenta uma família fraca de laços frouxos para com a infância um sentimento apropriado. Marido só mulher só, criança não aparece em todas como tal, mas como anjo e entes santos.

Conforme avança no tempo as imagens representam o período fundamental do reconhecimento do que é a família recebe um merecido lugar na sociedade. “A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem na sala ou nos campos”. (Ariès, 1981 p.197) É o que ocorre também a criança com a formação da família passa a ter um papel de fundamental importância na construção dos símbolos algo que ficaria conhecido tempos depois como intimidade do lar ou familiar.

Com a construção de uma família os laços afetivos se estreitam mais no sentido da palavra maior a afetividade, surgirá inúmeros temas sobre esta família moderna que a cada vez influenciara não só na arte, mas a sociedade quanto seu sentimento em relação ao ser infante, de acordo com Ariès, (1981, p.203) “(...) as cenas representadas pelos artistas se passavam ou num espaço indeterminado ou em lugares públicos como igrejas ou ao ar livre”. As variações dos espaços ocorrem porque a família não tinha seu espaço reservado dentro de seu próprio lar, como já fora citado anteriormente esta nova família é advinda de uma sociedade onde as relações se davam a partir da propriedade.

Essa forma de relação de propriedade não é uma exclusividade do período medieval parece ser mais uma característica própria de sociedades cujas relações se dão a partir da propriedade no entendimento de Costa, (1989 p.153). “No sistema colonial o filho ocupava uma posição puramente instrumental dentro da família, sua posição instrumental é no sentido secundário”.

A relação com a propriedade exclui laços familiares estreitos onde as crianças são as principais excluídas, porque o pai é proprietário a mãe administradora do lar quanto a criança primogênita será treinada para garantir o legado da família (pai). O que mostra Costa, (1989:58). “Do ponto de vista da propriedade a criança era um acessório superfluo. Ao pai proprietário interessava o filho adulto (...)”.

Segundo nos leva entender a partir de tais citações é que na família moderna francesa, a mãe não é uma alegoria medieval ela realmente cuida do filho o amamente, o vigia no berço, no entendimento de Ariès, (1989, p.210) “O sentimento da família, que emerge assim no século XVI – XVII, é inseparável do sentimento da infância”.

As obras familiares havia temas cuja mesma retratava uma família não formada para cuidar da propriedade somente como se a função desta fosse exclusivamente esta, mas

sim uma família que sua funcionalidade estivesse em gerenciar o bom andamento da afetividade.

3.2 Afetividade familiar

O entendimento de Ariès, (1981 p.222) ele traz o seguinte registro:

“(…), a iconografia nos permite acompanhar a ascensão de um sentimento novo: O sentimento da família, (...) o sentimento era novo, mas não a família, embora esta sem dúvida não desempenhasse em suas origens o papel primordial que lhe atribuíram Fustel de Coulonges e seus contemporâneos”.

O sentimento familiar elevou em muito este sentimento infantil que ao despertou da afetividade que fora retratado nas obras modernas onde traz o pai de mãos dadas com o filho e sua esposa. O casal passa a ter momentos juntos talvez algo comum para nossos dias, até um pouco fará da realidade presente na sociedade do século XXI.

No meio artístico eclodiu a sagrada família, que eram obras pintadas temas ou sujeitos tanto do Antigo como do Novo Testamento como Carlo Loth (cit.por Ariès,1981, p.222) “ trata a benção de José por Jacó como a cena freqüente nas idades da vida do velho cercado por seus filhos esperando a morte. Mas (...) a família de Adão que foi tratada como uma família sagrada”. Estas demonstrações de afetividade estavam retratando sentimentos em muitas vezes de famílias comuns que com toque de religiosidade facilitaria uma expressão mais profunda, gestos de afetividade estavam por toda parte quando se referia a família moderna do século XVII apesar de uma idéia ainda em construção estava sendo bem aceita no meio do povo francês.

A afetividade no passado pode ser tema de pesquisa, perceber uma família a partir da construção de valores voltados para sentimentos de entrega e renúncia, onde ainda parecia algo novo, uma descoberta como a descoberta das idades, onde percebemos nos dias atuais, pessoas que parecem ter esquecido, o que é ser amado pelo familiar, em uma sociedade que se sente avançada, mas em se tratando de carinho ou afetividade esta muito longe não só no tempo mais em comportamento das sociedades antiga

A influência da afetividade familiar era de tal ponto que no entendimento de Ariès, (1981, p.223) “século XVII, pensava-se que São José se parecia com seu adotivo”, salientando assim a força do laço familiar.

Percebe-se, levando a constituição afetiva para outra sociedade que seu processo quando há uma percepção da infância que será levando a caminhos muito semelhantes de

construção da afetividade, de acordo com Costa (1989 p.162), no Brasil República do século XIX:

“Os elos que uniam a cadeia das gerações só foram criadas quando a família dispôs da representação da criança como matriz físico-emocional do adulto. Por meio das noções de evolução diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade conciliaram-se. A família pode; então ver se na criança e no adulto o mesmo e o outro. Daquele momento em diante os papéis se inverteram: a criança passa a determinar a função e o valor do filho”.

Assim como todo o processo de construção dos sentimentos infantis que ganha forma mais consolidada já no século XVII, o sentimento familiar não foi um processo natural mais construído como também o fora o infantil a partir de agentes externos, onde a família molda-se se tornando apta para uma atitude sensível ao infante. A criança não se tornou o centro das atenções da sociedade moderna, mas junto com esta ganhou um espaço no coração da família, no estado quando refere-se a execução de seus direitos, tendo de volta esta o direito de ser o que sempre foi criança. No entendimento de Julio Manoel, (cit.por Priore, 1991 p.124).“Frágil, débil são termos adequados: a vivencia concreta da infância esta condicionada pelo papel reservado à classe social em que está hereditariamente inserida”. A criança precisa ser amada pelo seu pai, mãe, pois este estão mais voltados para seus interesses particulares da mesma forma que as sociedades que se relacionavam com a propriedade, mas hoje por conta de um individualidade gerida pela tecnologia.

CONCLUSÃO

No presente estudo cuja proposta foi análise do termo infância verificou-se que o referido termo foi uma construção adequada a uma forma de representar a criança em sua forma de ser. Quando a França do pensamento moderno passou a perceber a infância estava também em um processo de transformação de idéias e comportamento relacionados à família a sociedade e até na forma de execução do poder, o comércio, que segundo a pesquisa pode ter influenciado na mudança deste comportamento. O início do século XVII é o período no qual ocorreram as transformações mais profundas no comportamento familiar moderno, por conta do surgimento de uma nova classe além do Clero, e a Nobreza, esta é conhecida como burguesa. Os burgueses eram no início pequenos negociantes que viviam de um comércio modesto que logo no seu início eram as feiras. Esta forma de relação com a economia influenciou o modo de relação com propriedade, pois esta já não era a única forma de riqueza existente (até no Brasil do século XX, por volta dos anos 70/ 80 regiões como no centro-oeste, nordeste a grande propriedade ainda era uma forma de reconhecimento de poder. No início do século XX

ainda no Brasil, formou-se as oligarquias que eram compostas por donos de grandes propriedades.) A burguesia pressionou esta mudança devido um grande acúmulo de capital financeiro que no século XVIII, resultou na revolução Francesa.

Com todas estas mudanças ocorrendo, a família parece ter se adaptado a estas transformações de forma radical no seu contexto interno. Ao contrário do período conhecido por idade média cuja relação familiar se dava partido da grande propriedade, o que refletia em todas as camadas da sociedade medieval familiar. Isto conforme fora identificado no final do século XIII na França refletia na maneira de como a família se relacionava.

Na família medieval o pai era o proprietário, a mãe administradora dos afazeres domésticos e o filho primogênito preparado para assumir a propriedade e dar continuidade ao legado do pai, fazendo com isso que os outros filhos ficassem esquecidos isto quando não morriam em um período que a mortalidade infantil eram em altos índices, ou até se tornava adulto de forma precoce. Isto não só mudou a sociedade como a família mudou em sua forma de pensar de lidar com a propriedade por conta do engrossamento da camada social com o surgimento da burguesia, que não só vivia da terra, mas de obras artesanais, inclusive da arte que no período medieval por conta da falta de conhecimento da língua escrita faria produzida em grande escala para interpretação da vida religiosa e o pensamento religioso, que foi algo muito além da realidade do período, o que não ocorrera na época moderna que através de uma arte diferenciada buscando a produção para um interesse econômico ou comercial começa a retratar processos do cotidiano familiar que reflete uma família moderna, onde o pai e o filho a mãe aparecem juntos, despertando assim a percepção de uma maneira particular de relacionamento principal a respeito da criança que por muito tempo havia sido esquecida em todas as formas de representação.

Todas estas formas de representação familiar, social, escolar e do ensino, representaram um comportamento que pode ser identificado em dois períodos conhecidos, como o medieval e o moderno, o comportamento do adulto em relação à criança um de haver infância e o outro de perceber esta criança. Com a transformação da família moderna ocorre o estreitamento dos laços afetivos, ou seja, os pais deixam de ser apenas um grande proprietário e passa a ser o pai o protetor da família e a mãe gerente dos afazeres domésticos, aquela que distribui tarefas passa a ser a mãe que amamenta, que põe o filho para dormir, o filho antes esquecido na sociedade tende a ser um tipo de adulto em miniatura agora era o protegido aquele que vai garantir a existência da família por conta dos cuidados que a ele está sendo dispensados.

A afetividade parece ter se tornado a marca da família moderna que ao contrário da família medieval seus laços familiares eram frouxos quanto à afetividade, mas voltado para

interesses de propriedades sem muito a nada de afetividade. O que leva-no a compreender que o sentimento de infância moderna é uma representação da transformação de uma sociedade que passa de feudal para burguesa e essa mudança leva também a mudança dos sentimentos familiares com relação à infância, estas mudanças não se dão de forma natural mais é um processo construído a partir da mudança da forma de pensar a economia as riquezas e a educação, também com a maneira de se relacionar com estes.

A educação como já fora mencionada era utilizada no período medieval para produzir adultos, e no moderno educar as crianças para uma vida própria de infante e chegar a fase adulta passando pelas fases das idades, o que foi um instrumento também de transformação até da família contribuindo em uma boa formação do individuo infante.

Não ocorreu no período medieval tanto uma educação apropriada nos moldes modernos e uma família como tal porque a sociedade se conservou por muito tempo influenciada por uma consciência religiosa que só mudou sua forma geral de controle por motivos externos, produzidos pelo próprio homem, que forçosamente o levou a contrariar sua maneira de gerir a vida e tudo a sua volta. Portanto, infância é fruto de uma família afetiva, construída para resistir as mudanças sociais, o que significa sempre que a sociedade e tudo o que ela representa mudar aquilo que por ela é produzido mudará.

.....

REFERÊNCIA

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

BENJAMIN, WALTER, Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo-SP: Summus, 1984.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal,1989. p.153-273

CORSARO, W.A. The sociology of childhood. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1997.

JAMES, A.; PROUT, A. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, A. Constructing and reconstructing childhood. London: Falmer, 1997.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (coord.) As crianças: contexto e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança - Universidade do Minho, 1997. p.25

PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999. p.60-130

STANHOPE, Márcia. Sociologia da Família, Lisboa: Estampa, 1997. p.492

SARMENTO, M.J. Administração da infância e da educação: as lógicas (políticas) de acção na era da justificação múltipla. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2001, Braga. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2001.

SARMENTO, M.J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003.